

# Partidos na arena eleitoral: o financiamento das listas de candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro em 2010<sup>1</sup>

**Rodrigo Dolandeli dos Santos**

## Resumo

Este artigo visa investigar o fluxo das doações de campanhas realizadas pelos partidos políticos nas eleições de 2010 para deputado federal no estado do Rio de Janeiro. O objetivo é, considerando a relevância dos recursos partidários no provimento das candidaturas nas últimas campanhas eleitorais, debater as características da distribuição deste financiamento em meio à competição interna das coligações. Nesse sentido, sustentamos, em comparação às demais fontes de doações permitidas pela legislação, a existência de maior associação entre os repasses financeiros das legendas e elites de candidatos com a força eleitoral proveniente de pleitos anteriores.

**Palavras-chave:** Financiamento de campanhas; partidos políticos; eleições.

## Abstract

This article aims to investigate the donation flow of campaigns carried out by political parties in the 2010 elections for congressman in the state of Rio de Janeiro. The goal is – considering the relevance of party resources for delivering these applications in the past election campaigns – discuss the characteristics of the distribution of this funding amid the internal competition of coalitions. Thereby, we hold, comparing it to other sources of donations allowed by law, the existence of a greater association amongst the financial transfers of the parties and elites of candidates with electoral strength from previous elections.

**Keywords:** Campaign Funding; political parties; elections.

Artigo recebido em de 7 de agosto de 2013; aceito para publicação em 7 de dezembro de 2013.

---

## Sobre o autor

Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: dolandeli@gmail.com

1. Este artigo é uma versão revisada do *paper* apresentado no III Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em agosto de 2013. Agradeço imensamente a Bruno Wilhelm Speck e a Jeison Giovani Heiler, assim como aos pareceristas anônimos da *Paraná Eleitoral* pelas críticas e sugestões realizadas. No entanto, são de minha integral responsabilidade as conclusões aqui presentes.

## Introdução

A observação dos dados acerca do financiamento político no Brasil tem revelado que nas últimas eleições, além do encarecimento das campanhas, as fontes de arrecadação alternaram de importância para os candidatos. Apesar das doações de grandes empresas continuarem somando a maior parte dos recursos financeiros movimentados na política, é igualmente perceptível o aumento do volume de dinheiro dos partidos destinado às candidaturas.

Este artigo visa investigar o fluxo dessas doações partidárias nas eleições para deputado federal no estado do Rio de Janeiro em 2010. Procuramos contribuir com o debate sobre o papel das legendas na arena eleitoral e contrastar, em certa medida, o argumento das doações “ocultas”<sup>2</sup>. Sustentamos que o financiamento privado, em especial das empresas aos partidos e comitês financeiros de campanha, não se trata meramente de um benefício indireto a candidatos, mas sim de investimento em organizações, por sua vez, autônomas quanto ao repasse destes recursos. O objetivo do artigo é, considerando a evolução e a relevância do dinheiro do partido nas últimas eleições, debater as características deste fluxo financeiro em meio à competição eleitoral.

O texto se estrutura da seguinte forma: na primeira parte examinamos brevemente a literatura especializada sobre os partidos políticos e o financiamento de campanha. No segundo tópico realizamos uma análise empírica da distribuição de repasses das legendas com base nos dados eleitorais da prestação de contas das eleições de 2010 disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## I. Partidos políticos e financiamento de campanha

Desde o clássico debate acerca da adaptação dos partidos à evolução das novas formas de competição nas democracias de massas (Epstein, 1967; Duverger, 1980; Kirchheimer, 2012), às ilações de

- 
2. Este argumento consiste em uma crítica a doações empresariais feitas aos partidos e comitês financeiros durante as eleições. Tal lógica aponta a falta de transparência existente nas prestações de contas, visto que, doadores privados financiariam indiretamente candidaturas por meio de repasses partidários, sem que seus nomes fossem vinculados aos beneficiados. Portanto, as legendas seriam apenas organismos neutros e intermediadores de recursos.

uma dependência econômica cada vez maior das legendas frente ao Estado (Katz & Mair, 1995; Van Biezen, 2004; Zovatto, 2005), as pesquisas na área têm revelado importantes características sobre o papel político de atores e instituições.

As alterações substanciais da relação entre partido e sociedade, bem como, a profissionalização da organização partidária (Panebianco, 2005) e a centralidade do candidato nas campanhas (Wattenberg, 1991), importa-nos destacadamente para as reflexões pontuadas neste artigo.

No caso brasileiro, a eficácia das legendas nas eleições foi posta em xeque por uma parte considerável de pesquisadores. A baixa identificação partidária e a alta volatilidade eleitoral, características de nosso sistema político, seriam efeitos causados por arranjos institucionais, tais como, a junção de lista aberta e eleições proporcionais (Mainwaring, 2001). Em contrapartida, estudos enfatizam a força dos partidos na arena legislativa e no processo decisório do parlamento (Mueller & Pereira, 2003; Figueiredo & Limongi, 2001). Da mesma forma, funções essenciais como a constituição de alianças e coligações, assim como, a montagem da lista de candidatos, seriam coordenadas pela organização partidária (Tavares, 1999; Nicolau, 2006).

Neste sentido, temas como o recrutamento partidário e a seleção de candidatos enfocam as estratégias e características eleitorais das legendas, para além dos aspectos formais. A relação existente entre oferta e demanda no cotidiano dos partidos é pautada pelo modo como os atores são selecionados. Ou seja, “porteiros” (Gallagher & Marsh, 1988) filtram a oferta de aspirantes de acordo com a demanda partidária. Aqui, as práticas (formais ou não) caracterizam o nível de competitividade política e de democracia interna das legendas (Hazan, 2002; Freidenberg, 2003), sendo o controle sobre a lista de candidatos nas eleições um fator estratégico (Braga, 2008). Especificamente sobre o Rio de Janeiro, Carneiro (2009) revelou táticas de seleção praticadas por lideranças partidárias fluminenses na disputa para deputado federal de 2006. Segundo a autora, os selecionadores utilizaram critérios nem sempre convergentes, embora o potencial eleitoral, em especial dos políticos com mandato parlamentar, tenha se destacado no ajuizamento das escolhas.

Dito isto, a mobilização de recursos financeiros poderia significar a constituição de um ordenamento informal das coligações nas eleições proporcionais (Schmitt, Carneiro & Kuschnir, 1999;

Albuquerque, Steibel, Carneiro, 2008)<sup>3</sup>. Afinal, o dinheiro é um recurso básico para controlar a organização, mesmo em períodos não eleitorais (Sartori, 2005; Panebianco, 2005).

O paradoxo desse debate é que aspectos informais podem servir como parâmetro de importância do partido na arena eleitoral. Contudo, se pensarmos em estabilidade do sistema partidário como um efeito da existência de organizações fortes, antes, é preciso que estas tenham valor em si mesmo, sob a pena de serem somente arranjos organizacionais que disputam eleições (Panebianco, 2005).

Quanto ao financiamento de campanha, que é objeto de debates não somente no meio acadêmico e político, mas também em vários grupos na sociedade, como movimentos sociais, associações empresariais, ONGs militantes no âmbito da transparência política e movimentos contra a corrupção. De uma forma geral, o dinheiro nas eleições é visto como um elemento externo ao processo democrático, fonte de distorção da competição e da representação política<sup>4</sup>.

No Brasil a dinâmica das doações é bastante complexa e nem sempre muito clara. São vários os tipos de comitês financeiros específicos para cada cargo eletivo, sendo também opcional a constituição de um comitê financeiro único, cuja prestação de contas, tanto das candidaturas proporcionais, quanto das executivas, é feita de maneira unificada. Além disso, as direções estaduais de diferentes partidos podem receber e doar recursos entre si, valendo o mesmo procedimento para os comitês eleitorais. Dessa forma, estes repasses partidários podem ser considerados, tanto entrada, quanto saída, do fluxo financeiro<sup>5</sup>.

3. Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) afirmaram que a distribuição do HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) criava um ordenamento “informal” da lista de candidatos que, ao mesmo tempo fortalecia a organização partidária e implicava no sucesso eleitoral dos competidores beneficiados. Apesar de contestarem o fator HGPE como determinante do êxito político dos candidatos, Albuquerque, Steibel e Carneiro (2008) concordam que o mesmo serve de instrumento para os partidos se fortalecerem na arena eleitoral.
4. Há um número considerável de pesquisas recentes sobre o papel do dinheiro na política que pode ser visto no balanço feito por Mancuso (2012). Os estudos sobre a importância do dinheiro nas eleições têm se diversificado e especializado em análises relacionadas a variáveis diversas como, por exemplo, o HGPE, o empresariado e segmentos econômicos, as emendas parlamentares e as pesquisas eleitorais.
5. Em termos práticos, a base de dados do TSE também apresenta alguns problemas

Boa parte da literatura internacional sobre financiamento de campanha, em particular a norte-americana, trata da competição política e trajetória do candidato. Nessa perspectiva, Jacobson (1978) demonstrou como o potencial econômico dos desafiantes tem forte impacto no processo eleitoral. Ou seja, o autor evidenciou que o dinheiro mobilizado nas campanhas pelos *challengers* nos EUA serviria de parâmetro aos *incumbents*, instados pela pressão advinda do nível de competitividade do pleito. Guardadas as diferenças institucionais entre os países, no Brasil, mesmo não se tratando de eleições majoritárias, a forte concorrência pode determinar também o custo da campanha. Conforme veremos na análise empírica do artigo, as coligações com maior número de candidatos eleitoralmente fortes foram as mais elevadas em gastos partidários.

## 2. Metodologia e construção das variáveis

Para analisarmos o fluxo dos repasses partidários, escolhemos as eleições legislativas no Rio de Janeiro em virtude da magnitude de seu colégio eleitoral (o terceiro maior do país) e do nível de competitividade dos principais partidos nacionais. Também optamos pela observação das candidaturas a deputado federal, pois arrecadaram a maior parte do financiamento político no estado.

Quanto à unidade de análise, preferimos delimitar as doações de campanha e os votos às respectivas chapas eleitorais. Isso significa que a unidade não será o partido, mas sim a lista de candidatos<sup>6</sup>. Assim, ponderamos a concorrência interna da coligação proporcional, obtendo um quadro mais apropriado do peso do dinheiro partidário e da competição nestas listas.

---

quanto à sistematização desse fluxo financeiro entre candidatos, partidos e comitês. Por exemplo, na coleta e sistematização dos dados em alguns casos vimos o mesmo número de CNPJ ser correspondente a um comitê partidário em uma doação e, em outro financiamento, ser referente ao candidato da eleição majoritária. Ou seja, neste caso o mesmo CNPJ identificava tanto o nome de um candidato, quanto o de um comitê eleitoral em diferentes doações. Nessas situações optamos por marcar todas as doações do CNPJ como doação partidária, haja vista, o papel central do candidato da eleição majoritária na estratégia da legenda e na coordenação do processo eleitoral.

6. Foram 15 listas de candidatos e 26 partidos políticos que disputaram a eleição para deputado federal em 2010. Porém, apenas 5 tiveram partidos coligados: (PP-PMDB-PSC); (PPS-DEM-PSDB); (PMN-PSB); (PTB-PTN-PSDC-PHS-PTC) e (PSL-PRTB-PRP).

As variáveis pesquisadas são as doações de campanha designadas *diretamente* aos candidatos e o desempenho político dos mesmos. Na primeira parte da análise empírica descrevemos o fluxo financeiro, constituído da soma dos repasses, tanto dos comitês eleitorais, quanto dos organismos diretivos. Inferimos que as características de tal distribuição entre as listas possam sugerir pistas autênticas acerca dos critérios de seleção de candidatos e quanto ao alcance do padrão de financiamento.

A hipótese principal deste artigo é que os partidos, em meio à forte concorrência por recursos, inclinam-se a apostar em uma elite de candidatos com relevância política já reconhecida pelo desempenho em eleições anteriores. Como o caráter da aposta implica em certo risco, compararemos os resultados entre a votação e as doações partidárias para avaliarmos o “retorno” eleitoral obtido.

Portanto, na segunda parte da análise empírica testaremos a associação entre os repasses partidários e este potencial eleitoral *conhecido* dos competidores. Ou seja, neste ponto, o dinheiro será tratado como variável dependente explicada pela trajetória política. Em meio à desproporção com que os atores mobilizam recursos na sociedade, não apenas financeiros, mas, sobretudo, ideológicos e organizacionais (Przeworski, 1994), fica patente que a força dos competidores e os critérios distributivos da organização partidária se relacionam.

Embora exista ampla literatura derivada do debate sobre dinheiro e competição política, já mencionada na seção anterior, na qual *incumbents* e *challengers* servem como variáveis centrais, preferimos incluir também outros atributos importantes que sinalizam a força eleitoral do candidato. Neste intuito, calculamos o Número Efetivo de Candidatos (NEC)<sup>7</sup> com base na votação de 2006. De tal modo, que conseguimos agrupar, não somente os eleitos, mas igualmente os políticos que eventualmente assumiram o mandato parlamentar por sua condição de suplência, ou mesmo aqueles que apenas tenham sido bem votados na campanha anterior<sup>8</sup>.

7. Calculamos o NEC utilizando a fórmula do Número Efetivo de Partidos (NEP), criada por Laakso e Taagepera (1979) para analisar fragmentação partidária ( $1/\sum p_i^2$ ). Este cálculo tem sido usado com frequência nos estudos de ciência política como medida de dispersão. O objetivo é simplificar a análise traduzindo os valores de variáveis contínuas em variáveis categóricas.

8. Outras características poderiam ajustar essa análise, como, por exemplo, a

Nesta segunda parte testaremos ainda a associação entre a força eleitoral anterior dos concorrentes e as diferentes fontes de doação<sup>9</sup>. O suposto é que o dinheiro, na condição de variável dependente, seja amparado por variáveis explicativas específicas. Portanto, os recursos das legendas nas eleições, quando destinados às candidaturas, seriam mais fortemente correlacionados a elites de candidatos do que as doações de outras fontes. Haveria nos partidos, por assim dizer, uma lógica predominantemente retrospectiva, distinta, por exemplo, do financiamento das empresas, hipótese que testaremos adiante.

### 3. Origem e destino dos recursos partidários

Nesta segunda parte do artigo nos dedicamos a descrever a origem dos recursos partidários e em seguida sua distribuição. Tendo em vista que o fundo partidário, por si só, é insuficiente para suprir os custos de manutenção organizativa das legendas e, concomitantemente, os gastos de campanha, de onde viria, afinal, o dinheiro na política<sup>10</sup>?

Nas eleições de 2010 no Rio de Janeiro, vemos, por exemplo, que cerca de 60% dos recursos de comitês financeiros eleitorais e das direções partidárias foram provenientes de doações empresariais, conforme descrição do Quadro 1.

---

inclusão de políticos com mandato nas câmaras de vereadores ou que tiveram funções importantes na administração pública, bem como ocupantes de postos estratégicos na organização partidária. Entretanto, considerando os objetivos do presente artigo, utilizamos apenas o desempenho eleitoral dos candidatos em 2006, ficando como agenda de pesquisa um modelo mais completo.

9. Neste ponto, faz-se necessário notar as diversas fontes previstas pela regra eleitoral: recursos próprios; doações de pessoas físicas; doações de pessoas jurídicas; doações de outros candidatos, comitês financeiros ou partidos políticos; repasse de recursos provenientes do Fundo Partidário; receita decorrente da comercialização de bens ou da realização de eventos. A legislação também estabelece alguns tetos: 2% da arrecadação de pessoas jurídicas com base no ano anterior e 10% do rendimento das pessoas físicas com referência ao imposto de renda declarado no ano anterior. Entretanto, várias fontes no âmbito da pessoa jurídica são vetadas. Tais informações podem se encontradas detalhadamente na Lei 9.504 de 1997.
10. O Fundo Partidário é composto de recursos orçamentários da União e de multas pagas à Justiça Eleitoral, sendo 95% destes recursos distribuídos proporcionalmente ao desempenho eleitoral dos partidos e os 5% restantes igualmente repassados a todas as legendas. Em 2009, por exemplo, o fundo partidário destinado a todas as legendas somou R\$ 211,3 milhões, enquanto que as eleições de 2010 custaram R\$ 4,2 bilhões em todo país.

**Quadro 1.** Origem do financiamento dos recursos partidários. Eleição 2010 – Rio de Janeiro

<b>Origem</b>	<b>Recursos Partidários</b>	<b>%</b>
Empresas	R\$ 54.747.466,70	59,9%
Recursos Partidários	R\$ 33.585.170,34	36,8%
Indivíduos	R\$ 2.633.694,59	2,9%
Outros Candidatos	R\$ 372.120,50	0,4%
Outros Recursos	R\$ 23.292,01	0,0%
<b>Soma</b>	<b>R\$ 91.361.744,14</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

Quanto ao *destino* das doações das legendas, o Quadro 2 nos apresenta a direção desse volume. As campanhas para deputado federal e estadual consumiram juntas mais da metade do orçamento de doações partidárias, o que se justifica pelo fato da eleição proporcional ser constituída por bem mais candidaturas do que a disputa majoritária.

**Quadro 2.** Destino das doações dos recursos partidários. Eleições 2010 - Rio de Janeiro

<b>Destino das Doações</b>	<b>Recursos Partidários</b>	<b>%</b>	<b>N</b>
Deputado Federal	R\$ 45.330.269,82	38,2%	436
Deputado Estadual	R\$ 25.496.818,85	21,5%	895
Senador	R\$ 22.320.732,44	18,8%	7
Recursos Partidários	R\$ 17.409.188,84	14,7%	23
Governador	R\$ 7.454.296,58	6,3%	6
Outros*	R\$ 803.417,17	0,7%	3
<b>Soma</b>	<b>R\$ 118.814.723,70</b>	<b>100,0%</b>	

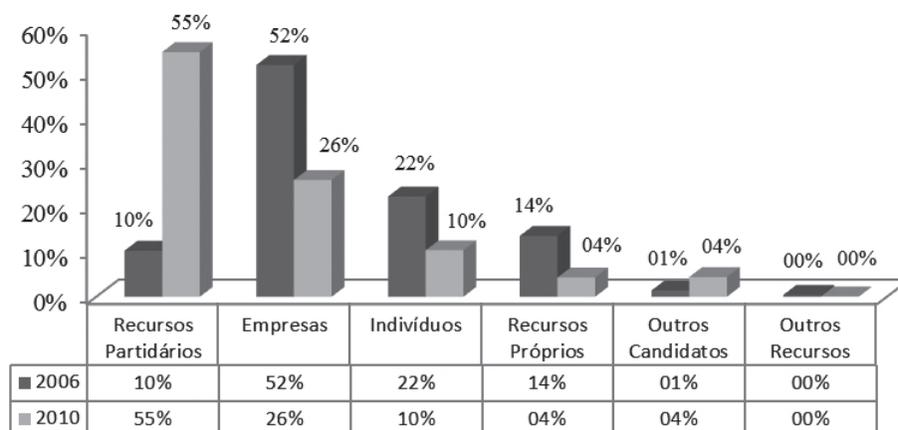
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE.

\* Candidatos a vice-governador e a suplente de senador também prestaram contas ao TSE.

Não obstante, a despeito do “abastecimento” do dinheiro partidário pelas empresas, o financiamento direto do empresariado aos candidatos a deputado federal na eleição de 2010 reduziu significativamente se comparado à eleição de 2006.

O gráfico abaixo descreve a porcentagem de cada fonte de financiamento sobre a arrecadação dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006 e 2010<sup>11</sup>. Nele notamos uma inversão da predominância das origens das doações e a clara evolução dos repasses diretos das legendas aos candidatos. Em 2006, mais da metade destes recursos eram provenientes de empresas. Na eleição de 2010, o partido passou a ser o maior provedor das candidaturas.

**Gráfico I.** Recursos partidários destinados a candidatos a Deputado Federal. Eleições de 2006 e 2010 - Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

No Quadro 3, produzimos uma escala ordinal de recursos partidários (R.PAR), dividida por quartis, para delinear a distribuição destes repasses. De tal modo que as linhas indicam a porcentagem do capital do partido sobre a arrecadação individual e as colunas descrevem a porcentagem que este dinheiro doado ao candidato representou sobre o orçamento partidário da sua respectiva lista. Em última análise, de um lado temos o impacto do dinheiro partidário na receita individual (considerando todas as fontes) e do outro, o peso desse repasse sobre as finanças dos partidos.

11. Trabalhar com porcentagens de doações de campanha entre as eleições foi uma solução metodológica utilizada por Speck (2011) para padronizar as comparações e evitar problemas de mensuração das moedas, como a inflação, por exemplo.

**Quadro 3.** Recursos partidários e financiamento das candidaturas.

% do R.PAR sobre Financiamento Individual do candidato 100% a 76%		% do R.PAR ao candidato sobre o Financiamento da Lista						
		75% a 51%	50% a 26%	25% a 1%	Sem R.PAR.	Soma	%	
ELEITOS	100% a 76%	0	2	1	6	0	9	19,6%
	75% a 51%	0	1	2	7	0	10	21,7%
	50% a 26%	0	0	0	8	0	8	17,4%
	25% a 1%	1	0	1	14	0	16	34,8%
	Sem R.PAR.	0	0	0	0	3	3	6,5%
	Sem Prestação	-	-	-	-	-	-	-
	Soma	1	3	4	35	3	46	100,0%
	%	2,2%	6,5%	8,7%	76,1%	6,5%	100%	
TODOS	100% a 76%	0	2	4	154	0	160	21,3%
	75% a 51%	0	1	3	49	0	53	7,1%
	50% a 26%	2	0	0	56	0	58	7,7%
	25% a 1%	1	0	1	164	0	166	22,1%
	Sem R.PAR.	0	0	0	0	175	175	23,3%
	Sem Prestação	-	-	-	-	139	139	18,5%
	Soma	3	3	8	422	303	751	100,0%
	%	0,4%	0,4%	1,1%	56,2%	40,3%	100%	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do TSE

Quando examinamos apenas os eleitos, notamos que a porcentagem de concorrentes não beneficiados (6,5%) com repasses partidários foi bem menor se comparada com a relação total de candidaturas (23,3%)<sup>12</sup>. Se somarmos estes candidatos sem R.PAR aos 18,5% que sequer prestaram contas ao TSE, encontramos 41,8% do universo dos competidores sem qualquer recurso do partido, evidenciando o quão heterogênea é a disputa política. No entanto, em meio a este cenário, para uma parte considerável de atores sem força política e qualquer perspectiva de êxito a organização partidária foi a maior doadora<sup>13</sup>. Afinal, alcançar o quociente eleitoral requer dos selecio-

12. Somente três candidatos eleitos não receberam quaisquer recursos partidários de suas legendas: Aluizio dos Santos Junior (PV); Arolde de Oliveira (DEM) e Washington Reis (PMDB). Confirmar valores no Anexo 1.

13. Para 213 candidatos o dinheiro do partido impactou em mais de 51% o financiamento de campanha (soma das linhas 100% a 76% e 75% a 51%). Desta lista,

nares de candidatos uma estratégia não limitada exclusivamente aos “puxadores” de votos (Carneiro, 2009).

Se considerarmos como critério de concentração os repasses acima de 51% do orçamento partidário da lista, veremos que poucos concorrentes tiveram doações tão fartas<sup>14</sup>. Além disso, a receita de mais da metade dos candidatos (422) significou um impacto de no máximo 25% das finanças de suas respectivas listas (coluna 25% a 1%)<sup>15</sup>. Este nível de concentração dos recursos será evidenciado nos cálculos de dispersão a seguir.

#### 4. Fluxo de financiamento partidário e as listas de candidatos

As características do fluxo do dinheiro das legendas nos remetem à necessária observação da correlação destes dados com a distribuição dos votos em cada coligação. No Quadro 4, com base no coeficiente de correlação Pearson ( $r$ ), encontramos forte associação

---

apenas 19 estiveram entre os eleitos: (PTB-PTN-PSDC-PHS-PTC) – Walney da Rocha (PTB); (PT) – Benedita da Silva e Jorge Bittar; (PRB) – Vitor Paulo Araújo dos Santos; (PR) – Anthony Garotinho; (PPS-DEM-PSDB) – Rodrigo Maia (DEM); (PP-PMDB-PSC) – Hugo Leal e Filipi Pereira (PSC), Simão Sessim, Jair Bolsonaro e Júlio Lopes (PP), Adrian Mussi, Edson Ezequiel, Eduardo Cunha, Alexandre José dos Santos e Leonardo Picciani (PMDB); (PMN-PSB) – Alexandre Cardoso (PSB); (PDT) – Sérgio Zveiter; (PCdoB) – Jandira Feghali. Para verificar valores destes candidatos, observar o Anexo 1.

14. Somente seis candidatos tiveram doações partidárias que concentraram 51% ou mais do financiamento partidário das suas respectivas coligações (soma das colunas 100% a 76% e 75% a 51%). Estes concorrentes foram: Alfredo Syrkis (PV); Anthony Garotinho (PR); Jandira Feghali (PCdoB); Vitor Paulo Araújo dos Santos (PRB); Vinicius Cordeiro (PTdoB) e Hiran Roedel (PCB). Apenas os dois últimos não foram eleitos. Para verificar valores, observar o Anexo 1.
15. Dentre os 46 deputados eleitos, as doações partidárias de 35 estiveram nesta marca: (PTB-PTN-PSDC-PHS-PTC) – Walney Rocha (PTB) e Felipe Bornier (PHS); (PT) – Benedita da Silva, Edson Santos, Jorge Bittar, Alessandro Molon e Luiz Sérgio; (PSOL) – Jean Wylis; (PSL-PRTB-PRP-PRTB) – Áureo Lidio Moreira Ribeiro (PRTB); (PR) – Adilson Soares, Neilton Mulin, Paulo Cesar da Guia Almeida, Jorge de Oliveira, Francisco Floriano de Sousa Silva, Paulo Feijó e Liliam Sá de Paula; (PPS-DEM-PSDB) – Otávio Leite e Andreia Zito (PSDB), Stepan Nercessian (PPS); (PP-PMDB-PSC) – Hugo Leal e Filipi Pereira (PSC), Simão Sessim, Jair Bolsonaro e Júlio Lopes (PP), Adrian Mussi, Rodrigo Bethlem, Edson Ezequiel, Eduardo Cunha, Alexandre José dos Santos, Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Leonardo Picciani (PMDB); (PMN-PSB) – Romário de Souza e Glauber Braga (PSB); (PDT) – Marcelo Viviani Gonçalves e Miro Teixeira. Para verificar valores, observar o Anexo 1.

entre as variáveis, aproximadamente 0,6. Apesar de algumas listas terem alcançado correlação positiva quase perfeita, como, por exemplo, PRB (0,99), PCdoB (0,98) e PR (0,96), outras, PT do B e a coligação PTB-PTN-PSDC-PHS-PTC, apresentaram correlações fracas, respectivamente 0,16 e 0,38, embora também positivas.

**Quadro 4.** Coeficiente Correlação de Pearson (r) entre voto e recursos partidários<sup>16</sup>

Coligações (Lista de candidatos)	N Candidato	%	Voto (Soma)	%	R.PAR (Soma)	%	Pearson (r)
PRB	55	7,4%	239.578	3,2%	R\$ 839.207,70	1,4%	0,98726
PC do B	33	4,4%	274.513	3,7%	R\$ 2.340.314,45	4,3%	0,98032
PR	65	8,7%	1.188.629	15,9%	R\$ 2.334.438,56	6,2%	0,95617
PSOL	36	4,8%	294.220	3,9%	R\$ 36.587,21	0,6%	0,80068
PP / PMDB / PSC	80	10,7%	1.990.952	26,7%	R\$ 26.042.584,84	44,1%	0,72662
PDT	42	5,6%	452.625	6,1%	R\$ 1.450.776,03	5,7%	0,64746
PMN / PSB	77	10,3%	563.144	7,6%	R\$ 1.791.113,45	4%	0,63381
PSL / PRTB / PRP	69	9,2%	198.837	2,7%	R\$ 49.032,00	1,2%	0,62938
PPS/DEM/PSDB	79	10,6%	816.775	11%	R\$ 3.397.933,41	12,2%	0,60526
PV	47	6,3%	275.024	3,7%	R\$ 128.906,29	1,9%	0,56835
PT	43	5,8%	660.365	8,9%	R\$ 5.138.442,50	12,6%	0,55912
PTB/PTN/ PSDC/PHS/PTC	77	10,3%	345.487	4,6%	R\$ 1.759.796,50	5,1%	0,37613
PT do B	43	5,8%	146.183	2%	R\$ 20.000,00	0,7%	0,15992
Soma	746 <sup>1</sup>	100%	7.454.543	100%	R\$ 45.329.132,94	100%	0,5591

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

Considerando a elevada correlação do quadro acima, associada ao fato das doações dos partidos terem provido mais da metade da receita dos candidatos (Gráfico 1), aferimos a importância significativa da organização partidária nas eleições. No entanto, como esses valores foram distribuídos?

16. Os estudos sobre financiamento de campanha já demonstraram existir uma correlação positiva entre dinheiro e voto. Porém, a forte associação não indica, necessariamente, a direção da causalidade entre as variáveis. Assim sendo, uma das questões principais do estudo sobre o financiamento político, que também constitui uma profícua agenda de pesquisa sobre o tema, é compreender as relações de causa e efeito em meio às possibilidades de mútua determinação das variáveis (Mancuso, 2012). Todavia, neste quadro nos ocupamos apenas a analisar a forte correlação encontrada.

Inicialmente examinamos a dispersão dos recursos e da competição eleitoral entre as listas de candidatos, com base nos cálculos de Coeficientes de Variação<sup>17</sup>. Constatamos no Quadro 5 que a distribuição dos votos foi mais homogênea (3,47) do que a distribuição de recursos partidários (4,01). Ou seja, a votação teve menor variabilidade sobre a média, sendo menos dispersa, se comparada ao fluxo do capital partidário<sup>18</sup>.

**Quadro 5.** Coeficiente de Variação (CV) entre votos e recursos partidários

<b>Coligações (Lista de candidatos)</b>	<b>N Candidatos</b>	<b>CV RPAR</b>	<b>CV VOTO</b>	<b>Índice CV</b>	<b>Média CV</b>
PR	65	5,13430	7,25046	-2,11616	6,192380
PRB	55	3,45345	4,47124	-1,01779	3,962345
PMN / PSB	77	4,45957	2,94695	1,51262	3,703260
PV	47	4,46606	2,58910	1,87696	3,527580
PT do B	43	5,47723	1,46258	4,01465	3,469905
PC do B	33	3,50907	2,96547	0,54360	3,237270
PSOL	36	2,01321	4,24432	-2,23111	3,128765
PPS / DEM / PSDB	79	3,50899	1,93626	1,57273	2,722625
PDT	42	3,44060	1,89091	1,54969	2,665755
PTB / PTN / PSDC / PHS / PTC	77	3,04918	1,95086	1,09832	2,500018
PSL / PRTB / PRP	69	2,57894	1,97505	0,60389	2,276997
PT	43	2,02120	1,47546	0,54574	1,748330
PP / PMDB / PSC	80	2,02794	1,44539	0,58255	1,736665
Soma		4,01273	3,47106	0,54167	3,741895

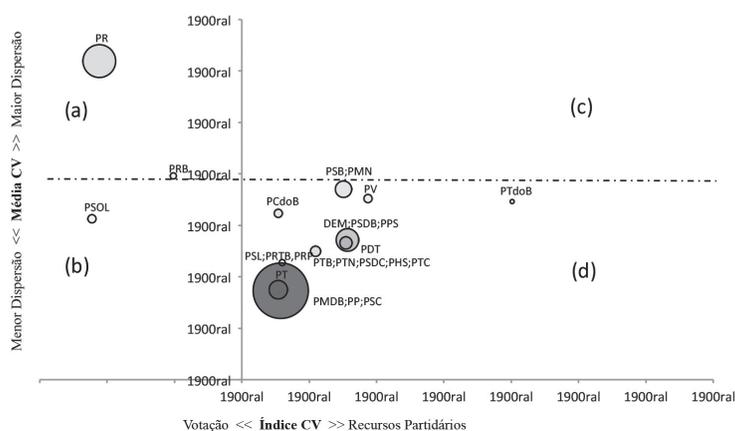
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

17. O coeficiente de variação é a razão entre o desvio padrão e a média. Fizemos este cálculo tanto para os recursos partidários, quanto para o voto, dentro de cada grupo, padronizando o desvio e comparando a variabilidade das distribuições sobre a média.
18. Com respeito às doações partidárias, PT do B (5,48) e PR (5,13), por exemplo, tiveram coeficiente de variação acima de 5 de um lado, apresentando maior heterogeneidade, e do outro PT (2,02) e a coligação PP-PMDB-PSC (2,03) ficaram próximos de 2. O mesmo ocorreu com a distribuição do voto. A lista do PR teve a maior variabilidade (7,25) e a coligação PP-PMDB-PSC a menor (1,45).

O Quadro 5 também nos traz a média aritmética entre os coeficientes de variação, dimensionando a dispersão conjunta do dinheiro dos partidos e os votos<sup>19</sup>. No entanto, somente calcular a média distorce o valor real do desvio de cada termo. Assim, criamos um Índice de Coeficiente de Variação para analisarmos onde essa dispersão foi maior<sup>20</sup>.

No Gráfico 2, além de considerarmos esta relação entre os valores da Média e do Índice CV, ajustamos da mesma forma os gastos partidários e votação. Assim, o tamanho dos círculos é proporcional à porcentagem dos votos da lista sobre o total de votos das eleições. Ao passo que a transparência é regulada ao peso de R.PAR da coligação sobre o montante de financiamento partidário do pleito. Logo, quanto maior o círculo, mais votos a coligação obteve, e quanto mais escuro for, maior a quantia empregada pelo partido em comparação às demais<sup>21</sup>.

**Gráfico 2.** Média e Índice de Coeficiente de Variação (CV) entre votação e recursos



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

19. A Média CV foi calculada pela soma dos valores do coeficiente de variação de R.PAR e do VOTO dividida pela quantidade de variáveis, no nosso caso duas (R.PAR e VOTO): .
20. O Índice CV foi calculado pela subtração do valor encontrado em CV R.PAR pelo valor de CV VOTO: . O valor positivo do Índice CV nos diz que a lista foi mais heterogênea na distribuição dos recursos partidários do que na votação de seus candidatos. O valor negativo indica que a distribuição da votação foi mais homogênea do que a do fluxo de R.PAR da lista.
21. Os valores referentes à votação e ao R.PAR estão descritos no Quadro 4. Enquanto que os coeficientes de variação se encontram no Quadro 5.

Ao traçarmos uma linha no eixo vertical, correspondente ao valor 3,74 da Média CV total (ver Quadro 5), observamos que as listas de candidatos se posicionaram em 3 quadrantes:

**a. Competição menos equilibrada e maior inclusão em R.PAR<sup>22</sup>:** nestas listas podemos conferir menor competitividade em face da alta Média CV (acima de 3,74). Isto significa níveis elevados de dispersão tanto na votação, quanto na distribuição dos recursos partidários. No entanto, o Índice CV negativo indica que o desvio padrão da distribuição R.PAR foi menor se comparado ao desvio da votação dos candidatos, atribuindo, por assim dizer, um fluxo distributivo mais “inclusivo” quanto ao financiamento das legendas.

**b. Competição mais equilibrada e maior inclusão em R.PAR<sup>23</sup>:** nestas listas atribuímos maior competitividade devido à menor média CV (abaixo de 3,74), sugerindo níveis mais baixos de dispersão tanto na votação, quanto na distribuição dos recursos partidários. Aqui, o grau de variabilidade confere maior igualdade na disputa política do que os valores apresentados no Quadrante A, apesar de ambos os grupos terem Índice CV negativo. Em vista dos demais grupos, este quadrante poderia ser considerado o mais “inclusivo” em se tratando de repasses partidários.

**c. Competição mais equilibrada e menor inclusão em R.PAR<sup>24</sup>:** este quadrante diferencia-se dos dois anteriores por apresentar maior variabilidade do voto em comparação aos repasses dos partidos. Ainda que, a exemplo do Quadrante B, tenha havido menor desi-

---

22. Este grupo está localizado no quadrante superior esquerdo (a) e foi composto por duas listas de candidatos: (PR) e (PRB). Tendo a lista do PR como a mais desigual em votos (7,3) e em distribuição de recursos partidários (5,1).

23. Este grupo está localizado no quadrante inferior esquerdo (b) e foi composto por apenas um partido: (PSOL). Aqui, o Índice CV mais negativo indica maior equidade na distribuição de recursos partidários.

24. Este grupo está localizado no quadrante inferior direito (c) e foi composto por dez listas: (PTdoB); (PMN-PSB); (PV); (PCdoB); (PPS-DEM-PSDB); (PTB-PTN-PSDC-PHS-PTC); (PDT); (PSL-PRTB-PRP); (PT) e (PP-PMDB-PSC). O destaque foi para a lista PP-PMDB-PSC que obteve os menores níveis de dispersão tanto da Média CV (1,74), quanto do Índice CV (0,58). A primeira medida retrata a maior competitividade dentro da lista e a segunda uma proporção quase perfeita entre as variabilidades de R.PAR e voto.

gualdade dos candidatos por causa da Média CV abaixo de 3,74, percebemos que a competitividade traduzida na votação não foi acompanhada pelo fluxo do financiamento partidário. Em outras palavras, a distribuição R.PAR foi a mais heterogênea destas duas variáveis.

Mesmo sendo possível encontrar tendências de distribuições dos recursos entre as listas, vimos que, é no Quadrante C onde a maioria das coligações se encontra<sup>25</sup>. A característica desse grupo sugere que a hipótese principal do artigo esteja correta. Se a distribuição dos votos é mais difusa do que a dos repasses partidários, há sinal de que, ou as legendas não têm finanças suficientes para custear candidaturas que despontam com força na campanha, ou a organização partidária coordena a distribuição de forma inclinada a beneficiar poucos atores. Como a maior fonte de financiamento dos candidatos advém da receita dos partidos, ficamos com a segunda proposição. O texto da próxima seção nos remete a pensar em elites de candidatos com potencial político reconhecido pelo desempenho anterior, que terminam por arrecadar a maior parte deste capital partidário empregado na arena eleitoral analisado acima.

## 5. Recursos partidários e o potencial eleitoral do candidato

A significância estatística da relação entre candidatos fortes eleitoralmente e os recursos partidários será analisada nesta seção. Para isto calculamos o Número Efetivo de Candidatos (NEC), cujo procedimento empregamos na distribuição das doações das legendas de 2010, identificando os atores que receberam doações “efetivas” de seus partidos. Para efeito de comparação também realizamos o mesmo cálculo para a votação<sup>26</sup>.

25. Neste gráfico vemos que apenas o Quadrante D não foi preenchido por qualquer coligação. Seria o grupo menos “inclusivo” por indicar maior dispersão no voto e na distribuição de recursos partidários.

26. O cálculo serve para ordenar e categorizar os candidatos, conforme já descrito na seção anterior sobre a metodologia empregada no artigo. Por exemplo, se o cálculo NEC dos votos de uma lista for 3,7, estabelecemos o critério de corte, para esta lista, aproximando o valor para 4. Assim, ordenamos os quatro mais votados como “efetivos”. Ou seja, o corte para estabelecermos as candidaturas efetivas é variável para cada lista de acordo com o valor NEC encontrado. O mesmo procedimento foi realizado com os repasses partidários. Este cálculo aplicou-se

**Quadro 6 – Candidatos efetivos em voto e em recursos partidários**

Listas de Candidatos	NEC VOTO 2010				NEC R.PAR 2010			NEC VOTO 2006		
	N	N	% Lista	%Total	N	% Lista	%Total	N	% Lista	%Total
PP / PMDB / PSC	80	23	28,8%	19,2%	13	16,3%	21,3%	20	25,0%	32,8%
PPS / DEM / PSDB	79	13	16,5%	10,8%	5	6,3%	8,2%	8	10,1%	13,1%
PT	43	10	23,3%	8,3%	6	14,0%	9,8%	7	16,3%	11,5%
PR	65	3	4,6%	2,5%	2	3,1%	3,3%	6	9,2%	9,8%
PDT	42	9	21,4%	7,5%	3	7,1%	4,9%	5	11,9%	8,2%
PMN / PSB	77	6	7,8%	5,0%	3	3,9%	4,9%	4	5,2%	6,6%
PTB / PTN / PSDC/ PHS / PTC	77	15	19,5%	12,5%	6	7,8%	9,8%	4	5,2%	6,6%
PT do B	43	11	25,6%	9,2%	1	2,3%	1,6%	3	7,0%	4,9%
PC do B	33	3	9,1%	2,5%	2	6,1%	3,3%	2	6,1%	3,3%
PSOL	36	1	2,8%	0,8%	5	13,9%	8,2%	1	2,8%	1,6%
PSL / PRTB / PRP	69	15	21,7%	12,5%	8	11,6%	13,1%	1	1,4%	1,6%
PV	47	5	10,6%	4,2%	2	4,3%	3,3%	-	0,0%	0,0%
PRB	55	2	3,6%	1,7%	4	7,3%	6,6%	-	0,0%	0,0%
PSTU	4	3	75,0%	2,5%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
PCB	1	1	100,0%	0,8%	1	100,0%	1,6%	-	0,0%	0,0%
Soma	751	120	16,0%	100,0%	61	8,1%	100,0%	61	8,1%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

Acima, vemos que apenas 16% dos candidatos foram “efetivos” eleitoralmente em suas respectivas listas. Enquanto que a mesma contagem dos recursos partidários acusou um número ainda menor (8,1%)<sup>27</sup>. Se considerarmos a forte correlação entre dinheiro e voto, é curioso notar a soma de competidores beneficiados com fartos gastos partidários bem abaixo do número de candidatos eleitoralmente competitivos em 2010<sup>28</sup>. Ao final da seção anterior conferimos

a todas as coligações, independentemente se as mesmas alcançaram o quociente eleitoral ou não. Dessa forma, examinamos as características de votação e de distribuição de recursos também em listas mais fracas, simplificando a análise ao traduzirmos variáveis contínuas para categóricas.

27. Coube à coligação PMDB-PP-PSC o maior número tanto em voto (19,2%), quanto em R.PAR (21,3%), bem como, a maior quantidade de candidatos efetivos em 2006 (32,8%).
28. De todas as listas, apenas PSOL e PRB tiveram mais candidatos com doações partidárias “efetivas” do que com votação relevante em 2010.

o mesmo padrão assimétrico de distribuição entre estes recursos e votos encontrado na maioria das coligações<sup>29</sup>.

Quando observarmos detalhadamente os dados, compreendemos a dimensão de tais diferenças. Assim sendo, constatamos que dentre os 120 candidatos efetivos em voto de 2010, apenas 46 também receberam doações relevantes em suas coligações, ainda que tenham reunido R\$ 38,1 milhões ou 84% das finanças partidárias empregadas aos candidatos a deputado federal (R\$ 45,3 milhões)<sup>30</sup>. Isso confirma que pouquíssimos atores concentraram muitos recursos e também votos.

Quanto às 61 candidaturas NEC VOTO 2006, dois terços (41) delas foram efetivas em voto em 2010, captando 65,5% do total do gasto partidário ou R\$ 29,7 milhões. Além disso, quase metade (27) também receberam quantias relevantes dos partidos (NEC R.PAR 2010), somando R\$ 29,9 milhões ou 66% do total de recursos fornecidos pelas legendas (R\$ 45,3 milhões)<sup>31</sup>.

**Quadro 7.** Fontes de financiamento e Voto destinados a candidatos fortes eleitoralmente (NEC VOTO 2006)

Coligação	R.PAR	R.EMP	R. PROPRIO	R. OUTROS	R.IND	Soma	Voto 2010
PSOL	32,7%	-	19,1%	35,6%	48,6%	37,9%	81,8%
PP / PMDB / PSC	87,1%	68,3%	63,5%	78,2%	37,6%	80,9%	65,5%
PPS / DEM / PSDB	84,5%	77,4%	63,3%	49,7%	29,2%	72,0%	55,0%
PT	60,6%	57,5%	63,7%	24,0%	54,8%	57,7%	48,1%
PMN / PSB	48,3%	14,7%	9,5%	11,2%	49,5%	39,2%	42,6%
PDT	48,8%	40,9%	29,7%	41,8%	37,6%	41,7%	31,9%
PT do B	100,0%	43,4%	44,4%	47,7%	15,2%	38,3%	29,9%
PC do B	27,6%	37,5%	20,6%	41,8%	14,4%	28,9%	20,6%
PTB/PTNPSDC/ PHS/PTC	12,3%	29,6%	10,2%	19,8%	0,8%	14,9%	20,2%
PR	5,6%	56,8%	52,3%	3,3%	54,0%	23,3%	17,0%
Soma	69,0%	57,7%	40,4%	35,3%	34,1%	59,7%	41,2%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

29. Ver Quadro 5 e Gráfico 2.

30. Ver Anexo 1, no qual relacionamos as candidaturas fortes e os respectivos valores quanto à distribuição de recursos partidários e votação.

31. Idem.

Nesta perspectiva, verificamos no Quadro 7 que os candidatos “efetivos” de 2006, nossa variável independente principal, obtiveram 69% de todo o orçamento partidário, porcentagem maior que as demais fontes de financiamento. Em comparação às doações das legendas, o dinheiro privado, tanto de empresas, quanto de pessoas físicas, destinou valores bem inferiores a essas candidaturas NEC VOTO 2006, 57,7% e 34,1%, respectivamente.

Outro ponto importante é que apenas 41,2% dos votos em 2010 foram destinados a essa elite de candidatos “efetivos”, porcentagem aquém das doações aplicadas pelos partidos e empresas. Fator que pode estar relacionado aos padrões de renovação política das cadeiras legislativas no país.

Como os dados demonstraram considerável discrepância da frequência de voto e R.PAR entre as legendas, passamos a examinar a aleatoriedade das distribuições. De tal modo que, no Quadro 8, em virtude dos valores estatisticamente significativos encontrados no teste Qui-Quadrado, admitimos que os casos não foram distribuídos ao acaso. Da mesma forma, confirmamos a importância das características das organizações partidárias na atração de candidaturas com potencial político já conhecido, visto que, a variável NEC VOTO 2006 foi a que alcançou maior valor (91,7)<sup>32</sup>.

O cálculo dos Resíduos Brutos (RB) nos mostra que a coligação PMDB-PP-PSC foi a única a apresentar casos positivos, ou seja, teve mais candidatos acima do esperado em todas as variáveis. Cabe ressaltar que o maior resíduo bruto positivo (11,87) foi justamente encontrado na variável NEC VOTO 2006, a qual avaliamos ser a possível “determinante” da distribuição do dinheiro partidário.

Entretanto, é preciso notar a significância estatística destas relações específicas, cuja validade é confirmada nas colunas de Resíduos Padronizados (RP). Logo, marcamos em negrito os valores positivos ou negativos acima do *z-score* 1,96, que confirmam a não aleatoriedade dos casos. A maioria das listas apresentou resíduos

32. No Quadro 8 visualizamos as colunas com os valores dos Resíduos Brutos e Padronizados, além do Qui-Quadrado das variáveis categóricas listadas: candidatos eleitos, “efetivos” em votos nas eleições de 2010 e 2006, e também os efetivos em captação de recursos partidários na eleição de 2010. Importante ressaltar que não estamos testando a relação entre a distribuição das variáveis, mas sim as descrevendo separadamente, isoladas umas das outras.

### Quadro 8. Análise da distribuição entre voto e recursos partidários das coligações

Lista de Candidatos	NEC R.PAR 2010		ELEITO 2010		NEC VOTO 2010		NEC VOTO 2006	
	R.B.	R.P.	R.B.	R.P.	R.B.	R.P.	R.B.	R.P.
PP / PMDB / PSC	4,73	2,33	6,87	3,92	7,4	2,65	11,87	5,88
PPS / DEM / PSDB	-2,27	-1,11	-1,13	-0,65	-2,6	-0,93	-0,13	-0,07
PT	-2,27	-1,11	-1,13	-0,65	-5,6	-2,01	-1,13	-0,56
PR	-6,27	-3,08	1,87	1,07	-12,6	-4,51	-2,13	-1,06
PDT	-5,27	-2,59	-3,13	-1,79	-6,6	-2,36	-3,13	-1,55
PTB / PTN / PSDC / PHS/ PTC	-2,27	-1,11	-4,13	-2,36	-0,6	-0,21	-4,13	-2,05
PMN / PSB	-5,27	-2,59	-3,13	-1,79	-9,6	-3,44	-4,13	-2,05
PT do B	-7,27	-3,57	-6,13	-3,5	-4,6	-1,65	-5,13	-2,55
PC do B	-6,27	-3,08	-5,13	-2,93	-12,6	-4,51	-6,13	-3,04
PSL / PRTB / PRP	-0,27	-0,13	-5,13	-2,93	-0,6	-0,21	-7,13	-3,54
PSOL	-3,27	-1,61	-4,13	-2,36	-14,6	-5,23	-7,13	-3,54
PV	-6,27	-3,08	-4,13	-2,36	-10,6	-3,8	-8,13	-4,03
PRB	-4,27	-2,1	-5,13	-2,93	-13,6	-4,87	-8,13	-4,03
PCB	-7,27	-3,57	-6,13	-3,5	-14,6	-5,23	-8,13	-4,03
PSTU	-8,27	-4,07	-6,13	-3,5	-15,6	-5,59	-8,13	-4,03
$\chi^2$	38,16	P- value: 0,001	57	P- value: 0,000	72,14	P- value: 0,000	91,7	P- value: 0,000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

significativos estatisticamente negativos, embora apenas a coligação PMDB-PP-PSC tenha exibido casos ao mesmo tempo significativos e positivos.

A magnitude dos valores da lista PMDB-PP-PSC nos remete inevitavelmente a dois apontamentos. Primeiro, verificamos que quanto maior foi competitividade eleitoral, mais cara ficou a campanha. Esta coligação apresentou mais candidatos fortes, tendo gastos exponencialmente maiores do que as demais. Como se trata de eleição proporcional, não haveria, no entanto, qualquer prejuízo estratégico no acúmulo de inúmeras candidaturas potenciais em uma única lista, pois a elevada votação esperada incrementaria o coeficiente partidário e, conseqüentemente, a probabilidade de sucesso

eleitoral. Segundo, esta é a chapa de candidatos constituída pelo partido do governador (PMDB) e por legendas com forte presença na coalizão governista (PP e PSC). O peso político do Executivo no cenário subnacional poderia ser um fator explicativo importante quanto à atração e financiamento de tantas candidaturas efetivas eleitoralmente.

Porém, o alcance desse artigo se limita a examinar a associação e a significância estatística entre o dinheiro do partido e a força eleitoral de elites de candidatos. Logo, realizamos três análises para testar a hipótese: Q-Yule; Risco Relativo e o Qui-Quadrado.

**Quadro 9.** Testes de Associação entre recursos financeiros e candidatos eleitoralmente fortes

Doações	NEC VOTO 2006						
	2010	$Q_{xy}$	p-value	RR	p-value	$\chi^2$	p-value
NEC R.PAR		0,8426	0,045	6,5	0,035	86,7	0,035
NEC R.IND		0,7584	0,062	3,8	0,024	58,2	0,024
NEC R.CAND		0,6979	0,081	3,8	0,015	36,1	0,015
NEC R.PROPRIO		0,6903	0,079	3,4	0,016	38,0	0,016
NEC R.EMP		0,6778	0,088	3,7	0,013	30,7	0,013
NEC R.OUTROS		0,4497	0,325	2,5	0,001	1,5	0,001

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE

Em primeiro lugar, encontramos uma associação muito forte, demonstrada pelo teste  $Q_{xy}$ , entre o candidato ter recebido relevantes quantias de seu partido e ter sido bem votado na eleição anterior (0,8426). Este coeficiente foi o maior dentre as diversas fontes de financiamento e o único com valor estatístico significativo (*p-value* 0,05), coadunando com a hipótese principal deste artigo.

Quanto ao teste de Risco Relativo (RR), o mesmo nos diz que em 2010 houve 6,5 vezes mais chances de um candidato “efetivo” eleitoralmente em 2006 ter doações relevantes de sua legenda do que outros competidores. Embora todas as fontes também tenham apresentado valores significativos, a análise com recursos partidários obteve o maior coeficiente.

Por último, os valores do teste Qui-Quadrado indicam que a probabilidade dos dois grupos (NEC VOTO 2006 e NEC R.PAR

2010) terem sido distribuídos ao acaso é estatisticamente nula. Ou seja, estão fortemente relacionadas e não são independentes. Ainda que, a exemplo dos valores do Risco Relativo, os outros pares de variáveis também tenham apresentado casos estatisticamente significativos, o coeficiente  $\chi^2$ , entre doações das legendas e efetiva votação em 2006, foi o maior (86,7), comparado às demais fontes de financiamento.

Estes três testes nos expressam a validade da hipótese da variável dependente, *Recursos Partidários*, ter sido explicada pela força política conhecida do candidato. Além disso, o dinheiro do partido obteve maior intensidade na destinação a estas elites políticas do que as outras doações privadas, especialmente as empresariais.

### Considerações finais

Em meio à acentuada dependência econômica dos candidatos por recursos de suas legendas, buscamos analisar este fluxo financeiro como forma de contribuir com o debate sobre o papel da organização partidária na arena eleitoral.

Nesta perspectiva, descrevemos os resultados em dois momentos. Primeiro, verificamos como os partidos coordenaram seus recursos e observamos as características da competição eleitoral em cada coligação. Ao passo que, constatamos um padrão não “inclusivo” de repasses financeiros praticado pelas listas, com exceção de apenas 3 das 15 participantes da eleição de 2010. Ou seja, apesar da forte e positiva correlação entre dinheiro partidário e voto, deparamos com um número aquém de candidatos detentores de recursos relevantes doados pelas legendas, se avaliada a quantidade de concorrentes competitivos eleitoralmente. A concentração deste capital, portanto, aparentou ser ainda maior do que a própria dispersão dos votos nas listas, também bastante expressiva.

Na segunda parte, confirmamos forte associação entre candidatos com relevância eleitoral obtida em pleitos anteriores (NEC VOTO 2006) e as doações partidárias (NEC RPAR 2010). Se comparada ao financiamento de outras fontes, especialmente as empresariais, esta correlação demonstrou ter sido a mais elevada. Em outras palavras, sugerimos que a racionalidade do financiamento realizado pelas legendas na arena eleitoral foi convergente, em maior medida, à preservação de elites de candidatos. De fato, esta lógica retrospectiva

acarretou maior elitização das doações partidárias, porém, não se converteu necessariamente em votos, conforme verificado no texto.

Importante pontuar que, caso seja válido o fato de partidos e outros doadores financiarem candidatos de maneiras diferentes, o argumento das doações ocultas aqui cai por terra. Pois o “abastecimento” privado do orçamento partidário nas campanhas terminaria por municiar lógicas de financiamento distintas das praticadas pelas empresas.

Embora os limites do artigo não nos autorizem a correlacionar causa e efeito entre os achados deste texto e as regras internas ou a dinâmica da correlação de forças nos partidos, consideramos os dados encontrados satisfatórios para compreensão do fluxo destes recursos na eleição proporcional.

Para finalizar, acreditamos que compreender o dinheiro na política enquanto variável dependente nos abriu perspectivas metodológicas interessantes, implicando na observação da dinâmica de distribuições cada fonte (empresas, partidos ou pessoas físicas) e de suas variáveis explicativas específicas. Nesse sentido, procuramos contribuir com a apresentação de possíveis alternativas quanto à análise da direção da causalidade entre dinheiro e voto, bem como, ao exame de lógicas prospectivas ou retrospectivas das doações, dificuldades frequentes nos estudos do financiamento político.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A.; STEIBEL, F. B.; CARNEIRO, C. (2008). A Outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.51, n.2, p.459-487.
- BRAGA, M. S. S. (2008). Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n. 2, p.454-485.
- CARNEIRO, A. R. (2009). *Processo de Seleção de Candidatos ao Cargo de Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro – Organizando as “Peças” do “Quebra-Cabeça”*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CERVI, E. U. (2013). Análise de dados categóricos em ciência política: uso de testes estatísticos em tabelas de contingência com fontes secundárias de dados. Programa de Pós-graduação em Ciência Política – UFPR. Outubro. 2013.
- DUVERGER, M. (1980). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB.
- EPSTEIN, L. (1967). *Political Parties in Western Democracies*. London: Pall Mall.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. (2001). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SANTOS, M. L.; SILVA JÚNIOR, J. A.; ROCHA, E. (2011). Campaign spending and poverty levels in Brazil: an exploratory approach. 35<sup>a</sup> ANPOCS, GT 13. Caxambu.
- FREIDENBERG, F. (2003). Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de América Latina. *Asociación Civil Transparencia*, Lima.
- GALLAGHER, M.; MARSH, M. (1988). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. London: Sage Publications.
- HAZAN, R. (2002). Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NIEMI, R.G.; NORRIS, P. *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*. London: Sage Publications.
- JACOBSON, G. (1978). The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *American Political Science Review*, vol. 72, n. 2 p.469-491.
- KIRCHHEIMER, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 349-385.
- KATZ, R.; MAIR, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, London, vol. 1, n. 1, p. 5-28.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. (1979). Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, vol. 12, n. 1, p.3-27.
- MAINWARING, S. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- \_\_\_\_\_; SCULLY, T. R. (1994). A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina. *Dados*, vol. 37, n. 01, p. 43-79.
- MANCUSO, W. P. (2012). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. 8<sup>o</sup> ABCP, Gramado.
- \_\_\_\_\_; SPECK, B. W. (2012). Gastos e resultados eleitorais nas eleições brasileiras de 2010 para deputado federal e deputado estadual. 36<sup>a</sup> ANPOCS, GT 13. Águas de Lindoia.
- MUELLER, B.; PEREIRA, C. (2003). Partidos Fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 735-771.
- NICOLAU, J. M. (2006). O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 4, p. 689-720.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PRZEWORSKI, A. (1994). *Democracia e Mercado*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará.

- SAMUELS, D. (1997). Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3 p. 493-535.
- \_\_\_\_\_. (2006). Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, G. A. D. (Org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV.
- SANTOS, R. D. (2012). O perfil de financiamento de campanha dos maiores grupos econômicos nas eleições de 2010. 36<sup>a</sup> ANPOCS, GT 13. Águas de Lindoia.
- SARTORI, G. (2005). *Parties and party systems: a framework for analysis*. University of Essex: ECPR Press.
- SCHMITT, R.; CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. (1999). Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. *Dados*, vol. 42, n. 2, p. 277-297.
- SPECK, B. W. (2005). Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil, *Cadernos Adenauer*, Ano 6, n. 2, p. 123-159.
- SPECK, B. W. (2006). O Financiamento de campanhas eleitorais. In. AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2011). The role of the largest corporate campaign funders in Brazil. A donors perspective on campaign finance. IPSA.
- TAVARES, J. A. G. (1999). O problema do cociente partidário na teoria e na prática brasileiras do mandato representativo. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 1 p. 63-110..
- VAN BIEZEN, I. (2004). Political Parties as Public Utilities. *Party Politics*, London, vol. 10, n. 6, p. 701-722.
- WATTENBERG, M. P. (1991). *The Rise of Candidate-Centered Politics*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- ZOVATTO, D. (2005). Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 11, n. 2, p. 287-336.

### ANEXO I – Relação de candidatos NECVOTO 2010, NECVOTO 2006, NEC R.PAR 2010 e ELEITOS 2010

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC	
										VOTO 2010	R.PAR 2006
PP / PMDB / PSC (n=80)	PMDB	LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI	165.630	1	8,3%	R\$ 1.496.200,00	8	5,7%	X	X	X
	PMDB	EDUARDO COSENTINO DA CUNHA	150.616	2	7,6%	R\$ 3.600.000,00	1	13,8%	X	X	X
	PMDB	WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	138.811	3	7,0%	R\$ 0,00	-	-	X	X	
	PP	JAIR MESSIAS BOLSONARO	120.646	4	6,1%	R\$ 186.366,00	17	0,7%	X	X	X
	PMDB	PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA	105.406	5	5,3%	R\$ 730.600,00	14	2,8%	X	X	
	PSC	FILIFE DEALMEIDA PEREIRA	98.280	6	4,9%	R\$ 3.205.000,00	2	12,3%	X	X	X
	PSC	HUGO LEAL MELO DA SILVA	98.164	7	4,9%	R\$ 1.673.305,00	5	6,4%	X	X	X
	PP	JULIO LUIZ BAPTISTA LOPES	85.358	8	4,3%	R\$ 2.036.410,36	4	7,8%	X	X	X
	PP	SIMAO SESSIM	77.800	9	3,9%	R\$ 750.332,80	13	2,9%	X	X	X
	PMDB	RODRIGO BETHLEM FERNANDES	74.312	10	3,7%	R\$ 1.536.330,00	7	5,9%	X	X	X
	PMDB	ADRIAN MUSSI RAMOS	72.824	11	3,7%	R\$ 1.250.500,00	11	4,8%	X	X	X
	PMDB	ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS	72.822	12	3,7%	R\$ 891.725,00	12	3,4%	X	X	X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAIR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC	
										VOTO 2010	R.PAR
PP / PMDB / PSC (n=80)	PMDB	EDSON EZEQUIEL DE MATOS	72.589	13	3,6%	R\$ 1.625.015,00	6	6,2%	X	X	X
	PMDB	NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA	72.352	14	3,6%	R\$ 1.311.255,00	10	5,0%	X	X	X
	PMDB	FERNANDO ANTONIO CECILIANO JORDAO	70.022	15	3,5%	R\$ 611.590,00	15	2,3%	X		
	PSC	WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA	66.532	16	3,3%	R\$ 2.247.075,00	3	8,6%	X	X	X
	PMDB	SOLANGE PEREIRA DE ALMEIDA	52.443	17	2,6%	R\$ 500.985,00	16	1,9%	X	X	X
	PMDB	NESTOR DE MORAES VIDAL NETO	51.896	18	2,6%	R\$ 0,00	-	-			X
	PMDB	FERNANDO LOPES DE ALMEIDA	49.584	19	2,5%	R\$ 160.495,00	19	0,6%	X	X	X
	PMDB	CELSO ALENCAR RAMOS JACOB	31.202	20	1,6%	R\$ 124.455,00	22	0,5%	X		
	PP	SAVIO LUIS FERREIRA NEVES FILHO	28.465	21	1,4%	R\$ 177.090,40	18	0,7%	X		
	PP	ELIMAR DOS SANTOS	26.742	22	1,3%	R\$ 148.033,28	20	0,6%	X		
PP	EURICO ANGELO DE OLIVEIRA MIRANDA	17.228	23	0,9%	R\$ 110.166,00	23	0,4%	X	X	X	
PMDB	CARLOS CESAR GOMES	13.173	26	0,7%	R\$ 0,00	-	-			X	
PMDB	BERNARDO RAMOS ARISTON	9.823	27	0,5%	R\$ 1.350.000,00	9	5,2%	X	X	X	

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC		NEC VOTO 2006
										VOTO 2010	R.PAR	
PP / PMDB / PSC (n=80)	PSC	ISAC FARIAS NASCIMENTO	4.166	41	0,2%	R\$ 150,00	51	0,0%				X
	PSC	JOSE GUILHERME DE MORAES NETO	2.906	47	0,1%	R\$ 150,00	51	0,0%				X
PR (n=65)	PR	ANTHONY WILLIAN GAROTINHO	694.862	1	58,5%	R\$ 1.680.672,72	1	72,0%	X	X	X	X
	PR	FRANCISCO FLORIANO DE SOUSA SILVA	57.018	2	4,8%	R\$ 2.272,72	7	0,1%	X	X		
	PR	ADILSON SOARES	51.011	3	4,3%	R\$ 2.272,72	7	0,1%	X	X		X
	PR	JORGE DE OLIVEIRA	44.355	4	3,7%	R\$ 2.272,72	7	0,1%	X	X		X
	PR	NEILTON MULIM DA COSTA	41.480	5	3,5%	R\$ 2.272,72	7	0,1%	X	X		X
	PR	PAULO CESAR DA GUIA ALMEIDA	33.856	6	2,8%	R\$ 20.000,00	5	0,9%	X	X		X
	PR	LILIAM SA DE PAULA	29.248	7	2,5%	R\$ 102.272,72	3	4,4%	X	X		X
	PR	PAULO FERNANDO FEIJO TORRES	22.619	8	1,9%	R\$ 2.272,72	7	0,1%	X	X		
	PR	ALEXANDRE JOSE FARAH	9.301	14	0,8%	R\$ 453.272,72	2	19,4%				X
	PR	SUELY SANTANA DA SILVA	1.561	39	0,1%	R\$ 2.272,72	7	0,1%				X
PPS / DEM / PSDB (n=79)	DEM	AROLDE DE OLIVEIRA	99.457	1	12,2%	R\$ 0,00	-	-	X	X		X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC	
										2010	2006
PPS / DEM / PSDB (n=79)	DEM	RODRIGO FELINTO IBARRA EPITACIO MAIA	86.162	2	10,5%	R\$ 1.081.600,00	1	31,8%	X	X	X
	PSDB	OTAVIO SANTOS SILVA LEITE	84.452	3	10,3%	R\$ 756.041,67	2	22,3%	X	X	X
	PPS	STEPAN NERCESSIAN	84.006	4	10,3%	R\$ 4.041,67	8	0,1%	X	X	X
	PSDB	ANDREIA ALMEIDA ZITO DOS SANTOS	82.832	5	10,1%	R\$ 4.041,67	8	0,1%	X	X	X
	PSDB	MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA	61.973	6	7,6%	R\$ 753.875,00	3	22,2%	X	X	X
	DEM	CARLOS ALBERTO LAVRADO CUPELLO	48.793	7	6,0%	R\$ 267.500,00	5	7,9%	X	X	X
	DEM	ALEXANDRE AUGUSTUS SERFIOTIS	48.006	8	5,9%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	DEM	ADOLPHO KONDER HOMEM DE CARVALHO	35.800	9	4,4%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	DEM	SOLANGE AMARAL	26.529	10	3,2%	R\$ 270.000,00	4	7,9%	X	X	X
	PPS	SERGIO ROBERTO DINIZ NOGUEIRA	16.452	11	2,0%	R\$ 4.041,67	8	0,1%	X	X	X
	DEM	FABIO LINS E SILVA NERY DA COSTA	13.734	12	1,7%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	PPS	GENIVALDO FERREIRA NOGUEIRA	13.574	13	1,7%	R\$ 4.041,67	8	0,1%	X	X	X
	PSDB	MARCELO VERLY DE LEMOS	9.654	15	1,2%	R\$ 154.041,67	6	4,5%	X	X	X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC		NEC VOTO 2006
										2010 VOTO	R.PAR	
PPS / DEM / PSDB (n=79)	DEM	JOSE ONIX GOMES DA SILVA	5.634	18	0,7%	R\$ 0,00	-	-	-			X
	PSDB	VANDERLEI TORRES BIBÁ	1.996	32	0,2%	R\$ 4.041,67	8	0,1%				X
PT (n=43)	PT	ALESSANDRO LUCCIOLA MOLON	129.515	1	19,6%	R\$ 95.000,00	7	1,8%	X	X		
	PT	LUIZ SERGIO NOBREGA DE OLIVEIRA	85.660	2	13,0%	R\$ 1.133.705,00	1	22,1%	X	X		X
	PT	BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO	71.036	3	10,8%	R\$ 470.215,00	6	9,2%	X	X		X
	PT	EDSON SANTOS	52.123	4	7,9%	R\$ 20.000,00	9	0,4%	X	X		X
	PT	JORGE RICARDO BITTAR	51.933	5	7,9%	R\$ 828.342,50	4	16,1%	X	X		X
	PT	FRANCISCO JOSE DANGELO PINTO	47.815	6	7,2%	R\$ 1.029.140,00	2	20,0%	X	X		X
	PT	ELIANE PONTES ROLIM	43.738	7	6,6%	R\$ 5.100,00	13	0,1%	X	X		
	PT	CARLOS AUGUSTO ALVES SANTANA	42.327	8	6,4%	R\$ 74.350,00	8	1,4%	X	X		X
	PT	MARCELO BORGES SERENO	39.948	9	6,0%	R\$ 857.870,00	3	16,7%	X	X		X
	PT	VLADIMIR GRACINDO SOARES PALMEIRA	24.337	10	3,7%	R\$ 572.850,00	5	11,1%	X	X		X
	PT	ANTONIO CARLOS BISCAIA	22.895	11	3,5%	R\$ 20.000,00	10	0,4%	X	X		X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAIR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC		NEC VOTO 2006
										VOTO 2010	R.PAR	
PT (n=43)	PT	ANDRETAFFAREL INACIO DOS SANTOS	15.205	12	2,3%	R\$ 7.200,00	11	0,1%				X
	PSB	ROMARIO DE SOUZA FARIA	146.859	1	26,1%	R\$ 68.992,15	4	3,9%	X	X		
PMN / PSB (n=77)	PSB	ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	142.714	2	25,3%	R\$ 704.492,15	2	39,3%	X	X	X	X
	PSB	GLAUBER DE MEDEIROS BRAGA	57.549	3	10,2%	R\$ 139.030,00	3	7,8%	X	X	X	X
	PMN	CARLOS ALBERTO LOPES	42.808	4	7,6%	R\$ 759.300,00	1	42,4%	X	X	X	X
	PSB	CARLOS VICTOR DA ROCHA MENDES	27.286	5	4,8%	R\$ 19.292,15	6	1,1%			X	
	PSB	FRANCISCO AFFONSO SOARES PINTADO NETO	23.612	6	4,2%	R\$ 1.892,15	14	0,1%			X	X
	PSB	LUIS EDUARDO ALMEIDA DE OLIVEIRA	16.204	7	2,9%	R\$ 20.392,50	5	1,1%				X
	PDT	MARCELO VIVIANI GONCALVES	80.862	1	17,9%	R\$ 29.929,86	4	2,1%	X	X	X	
PDT (n=42)	PDT	SERGIO ZWEITER	65.826	2	14,5%	R\$ 579.274,86	1	39,9%	X	X	X	X
	PDT	MIRO TEIXEIRA	63.119	3	13,9%	R\$ 161.149,46	3	11,1%	X	X	X	X
	PDT	CARLOS DAUDT BRIZOLA	55.654	4	12,3%	R\$ 528.870,86	2	36,5%			X	X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC		NEC VOTO 2006
										VOTO	R.PAR	
PDT (n=42)	PDT	DILSON MALHEIROS DRUMOND	51.979	5	11,5%	R\$ 3.639,86	16	0,3%		X		
	PDT	JEFFERSON DIAS DA SILVA	20.681	6	4,6%	R\$ 3.639,86	16	0,3%		X		
	PDT	CARLOS JESUS ONTIVEROS GUARDIA	18.217	7	4,0%	R\$ 4.089,86	8	0,3%		X		X
	PDT	WALTER CRISTIE SILVA AGUIAR	11.464	8	2,5%	R\$0,00	-	-		X		
	PDT	FERNANDO LEITE SIQUEIRA	10.785	9	2,4%	R\$ 23.639,86	5	1,6%		X		
	PDT	VIVALDO VIEIRA BARBOSA	7.599	13	1,7%	R\$0,00	-	-				X
	PTB	WALNEY DA ROCHA CARVALHO	51.203	1	14,8%	R\$ 189.745,00	4	10,8%	X		X	X
	PHS	FELIPE LEONE BORNIER DE OLIVEIRA	44.236	2	12,8%	R\$ 8.490,00	11	0,5%	X		X	X
	PSDC	LUIZ CARLOS RAMOS	29.685	3	8,6%	R\$ 0,00	-	-			X	
	PTB / PTN / PSDC / PHS / PTC (n=77)	PTB	MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO	29.354	4	8,5%	R\$ 338.732,50	2	19,2%		X	X
	PTN	ANTONIO FERREIRA PEDREGAL FILHO	26.907	5	7,8%	R\$ 58.600,00	8	3,3%		X		
	PSDC	LUIZ EDUARDO FRANCISCO DA SILVA	18.251	6	5,3%	R\$ 2.585,00	15	0,1%		X		
	PTB	JOSE NADER JUNIOR	13.800	7	4,0%	R\$ 100.000,00	6	5,7%		X	X	

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC	
										VOTO	R.PAR
PSOL (n=36)	PTB	FERNANDO ANTONIO FOLGADO GONCALVES	11.208	8	3,2%	R\$ 85.000,00	7	4,8%	X	X	X
	PTB	JOSE GLICERIO BENTO BERNARDES	9.802	9	2,8%	R\$ 122.450,00	5	7,0%	X	X	X
	PTC	DANIEL SAMPAIO TOURINHO	7.519	10	2,2%	R\$ 468.600,00	1	26,6%	X	X	X
	PHS	JOSE CARLOS DE ALMEIDA	6.071	11	1,8%	R\$ 2.574,00	16	0,1%	X	X	X
	PHS	LUCIO MAURO NEVES DOS SANTOS	5.752	12	1,7%	R\$ 750,00	25	0,0%	X	X	X
	PTB	CLAUDIO HENRIQUE DOS ANJOS	5.293	13	1,5%	R\$ 300,00	34	0,0%	X	X	X
	PTC	ISABEL CORTAZ TEIXEIRA	5.287	14	1,5%	R\$ 0,00	-	-	X	X	X
	PHS	ALCIMACO COSME DE OLIVEIRA MACIEL JUNIOR	5.004	15	1,4%	R\$ 0,00	-	-	X	X	X
	PHS	CLEBER RIBEIRO AFONSO	4.466	16	1,3%	R\$ 0,00	-	-	X	X	X
	PTB	JOSE BENEDITO MAIA	2.119	22	0,6%	R\$ 315.600,00	3	17,9%	X	X	X
	PSOL	FRANCISCO RODRIGUES DE ALENCAR FILHO	240.724	1	81,8%	R\$ 11.946,85	1	32,7%	X	X	X
	PSOL	JEAN WYLLYS DE MATOS SANTOS	13.018	2	4,4%	R\$ 6.525,32	2	17,8%	X	X	X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC		NEC VOTO 2006
										2010 VOTO	R.PAR	
PSOL (n=36)	PSOL	JOSEMAR PINHEIRO DE CARVALHO	6.125	4	2,1%	R\$ 3.479,97	3	9,5%			X	
	PSOL	MARCOS LOPES RIBEIRO	2.274	7	0,8%	R\$ 1.117,45	4	3,1%			X	
PV (n=47)	PV	ALUZIO DOS SANTOS JUNIOR	95.412	1	34,7%	R\$ 0,00	-	-	X		X	
	PV	ALFREDO HELIO SYRKIS	73.185	2	26,6%	R\$ 100.838,13	1	78,2%	X		X	
	PV	EURICO PINHEIRO BERNARDES JUNIOR	19.157	3	7,0%	R\$ 1.352,94	10	1,0%			X	
	PV	LAURO CESAR BOTTO MAIA	13.200	4	4,8%	R\$ 1.490,22	7	1,2%			X	
	PV	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA PEDRA	13.172	5	4,8%	R\$ 0,00	-	-			X	
	PV	PAMELA STOPPA DE MOURA	484	28	0,2%	R\$ 5.583,75	2	4,3%			X	
PC do B (n=33)	PC DO B	JANDIRA FEGHALI	146.260	1	53,3%	R\$ 1.447.548,75	1	61,9%	X		X	
	PC DO B	EDMILSON JOSE VALENTIM DOS SANTOS	44.476	2	16,2%	R\$ 642.895,00	2	27,5%			X	X
	PC DO B	JONASTONIAN MARINS AGUIAR	22.418	3	8,2%	R\$ 44.881,00	3	1,9%			X	
	PC DO B	SAULO PERES GARCIA	11.965	4	4,4%	R\$ 3.931,00	15	0,2%			X	X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC	
										VOTO 2010	R.PAR 2006
PRB (n=55)	PRB	VITOR PAULO ARAUJO DOS SANTOS	157.580	1	65,8%	R\$ 439.314,90	1	52,3%	X	X	X
	PRB	PEDRO RICARDO DE CARVALHO OLIVEIRA	17.594	2	7,3%	R\$ 8.270,00	20	1,0%		X	
	PRB	ALCIDES DE CARLI	10.396	4	4,3%	R\$ 27.679,97	2	3,3%		X	
	PRB	MARIO LUIZ BARBOSA DE MORAES	926	16	0,4%	R\$ 21.249,83	4	2,5%		X	
	PRB	EDILSON GUIMARAES MAIA	838	19	0,3%	R\$ 21.830,00	3	2,6%		X	
PSL / PRTB / PRP (n=69)	PRTB	AUREO LIDIO MOREIRA RIBEIRO	29.009	1	14,6%	R\$ 3.948,00	4	8,1%	X	X	X
	PSL	ÁTILA NUNES PEREIRA NETO	25.366	2	12,8%	R\$ 11.325,00	1	23,1%		X	X
	PRTB	JIMMY SANDRO PEREIRA DE SOUZA	24.038	3	12,1%	R\$ 5.149,00	3	10,5%		X	X
PSL / PRTB / PRP (n=69)	PRTB	NORBERTO COELHO DE MATTOS	13.240	4	6,7%	R\$ 0,00	-	-		X	
	PSL	EMANUEL BASTOS TORQUATO	10.039	5	5,0%	R\$ 975,00	8	2,0%		X	
	PRTB	JACKSON DE OLIVEIRA EMERICK	7.599	6	3,8%	R\$ 150,00	28	0,3%		X	
	PRTB	ANGELO DE FREITAS RODRIGUES CORREIA	6.730	7	3,4%	R\$ 1.875,00	5	3,8%		X	X

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC		NEC VOTO 2006
										2010 VOTO	R.PAR	
PSL / PRTB / PRP (n=69)	PRTB	AGNALDO BORBOREMA DA SILVA	4.542	8	2,3%	R\$ 0,00	-	-	-	X		
	PRTB	MARCELO BARBOZA GREGORIO	4.459	9	2,2%	R\$ 600,00	13	1,2%		X		
	PRTB	VIVILI CECILIA COSTA MARQUES	4.285	10	2,2%	R\$ 0,00	-	-	-	X		
	PRTB	LUCIO DE ARRUDA CABRAL FILHO	4.028	11	2,0%	R\$ 723,00	11	1,5%		X		
	PRP	JOÃO CARLOS DOS SANTOS CHAVES	3.174	12	1,6%	R\$ 0,00	-	-	-	X		
	PRTB	VILSON BALTHAR ARSENIJO	3.080	13	1,5%	R\$ 300,00	21	0,6%		X		
	PRP	LUCIENE MARIA ESTEVAM REZENDE	2.902	14	1,5%	R\$ 0,00	-	-	-	X		
	PRTB	PAULO ELIAS PERES SIMÃO	2.771	15	1,4%	R\$ 0,00	-	-	-	X		
	PSL	TANIA CATARINA LOPES DO NASCIMENTO MURI	2.391	16	1,2%	R\$ 9.805,00	2	20,0%			X	
	PRP	JOSÉ JANDIR BORGES ALVES	1.505	23	0,8%	R\$ 1.000,00	7	2,0%			X	
	PSL	ELZILENIVIANA DE SOUZA	1.312	28	0,7%	R\$ 1.625,00	6	3,3%			X	
	PT do B (n=43)	B	CRISTIANO JOSE RODRIGUES DE SOUZA	29.176	1	20,0%	R\$ 0,00	-	-	-	X	

Coligação	Partido	Candidato	Votos	Posição	% Lista	R.PAIR	Posição	% Lista	ELEITO	Candidatos NEC	
										2010	2006
PT do B (n=43)	PT DO B	WERNER BENITES	22.508	2	15,4%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	SARAIVA DA FONSECA									
	PT DO B	MARCELO SANTOS	12.658	3	8,7%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	ROSA									
	PT DO B	VINICIUS CORDEIRO	10.377	4	7,1%	R\$ 20.000,00	I	100,0%	X	X	X
	B	HILDEBRANDO									
	PT DO B	GONÇALVES	10.145	5	6,9%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	RODRIGUES									
	PT DO B	ANTONIO JOSE PAPER	9.868	6	6,8%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	DEAZEVEDO									
PSTU (n=4) PCB (n=1)	PT DO B	NILTON CALDEIRA DA	7.615	7	5,2%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	FONSECA FILHO									
	PT DO B	MARCOS FERREIRA DE	6.771	8	4,6%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	LIMA									
	PT DO B	JORGE SANTANA	4.192	9	2,9%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	QUEIROZ									
	PT DO B	JONAS PEIXOTO DA	3.402	10	2,3%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	SILVA JUNIOR									
	PT DO B	FRANCISCO DE PAULA	3.303	11	2,3%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
	B	PEREIRA TRINDADE									
PSTU (n=4)	PSTU	ANDRE BUCARESKY	2.567	I	100,0%	R\$ 0,00	-	-	-	X	X
PCB (n=1)	PCB	HIRAN ROEDEL	1.715	I	100,0%	R\$ 1.136,88	I	100,0%	X	X	X

\* Excluímos os candidatos do PCB e PSTU desta análise por dois motivos. Primeiro, porque o PCB teve apenas um candidato, inviabilizando o teste de correlação. Segundo, porque os candidatos do PSTU não declararam doações partidárias, somente financiamento de outras fontes e de pessoas físicas.